# A LEGISLAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS DO CAMPO EM PONTA GROSSA – PR

KREPEL, Joelma Aparecida (Universidade Estadual de Ponta Grossa)
SANTOS, Adir Fellipe Silva (Universidade Estadual de Ponta Grossa)
PADILHA, Lucia Mara de Lima (Universidade Estadual de Ponta Grossa)

Eixo: Educação, ensino de geografia e as novas perspectivas.

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo explicitar a legislação em torno da Educação Inclusiva nas Escolas do Campo de Ponta Grossa, no Paraná, e com isso direcionar um olhar em relação as práticas inclusivas para estudantes com deficiência. O interesse por esta temática surgiu a partir do questionamento sobre a formação docente e as estratégias de trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino em escolas do campo, no município de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, quanto a Educação Inclusiva. A inclusão social na escola é vista como uma inovação educacional, enfrentando polêmicas. A escola regular é obrigada a atender alunos com necessidades educacionais especiais, promovendo igualdade e dignidade. A convivência entre alunos com e sem deficiência fomenta o respeito às diferenças, preparando-os para a vida em sociedade. A educação inclusiva é considerada um direito fundamental, consolidado em documentos internacionais desde os anos 1990 (Declaração de Salamanca,1994). No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabelece que alunos com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades devem ser matriculados em escolas regulares e receber Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse atendimento oferece recursos pedagógicos e de acessibilidade, complementando a formação escolar e promovendo a autonomia dos alunos (Brasil,2008). No Paraná, a Resolução n.º 4783/2010 da Secretaria de Estado da Educação define a Educação do Campo como uma política pública voltada para atender a população rural. A resolução assegura que as escolas do campo possuam infraestrutura adequada e que políticas de formação continuada sejam implementadas para os educadores. Em Ponta Grossa, a Educação Especial segue princípios democráticos, buscando equidade no tratamento dos alunos. Diretrizes Curriculares elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação orientam a inclusão de crianças com necessidades especiais, destacando que a inclusão é um processo gradual, visando promover igualdade de condições e oportunidades (Ponta Grossa,2020). Por fim, as transformações nas legislações internacionais, nacionais e estaduais são cruciais para a implementação das políticas educacionais inclusivas nas escolas do campo.

**Palavras-chave:** Educação Especial, Escolas do Campo, Inclusão Escolar, Políticas Educacionais.